

22 FEV 1992

BEATRIZ PARDI

Temos assistido neste país, e principalmente no Estado de São Paulo, ao lançamento de projetos educacionais que sistematicamente são apresentados, inclusive na mídia, como miraculosos e sempre com caráter mirabolante. Desde o ciclo básico, passando pelo Profic, municipalização, jornada única, Cefam, até a atual Escola Padrão, a rede pública de ensino vem sofrendo investidas "experimentais" com duração de maior ou menor tempo que não têm impedido a deterioração das condições de ensino a cada ano, e cuja falência não é total graças aos reclamos constantes dos que se utilizam da escola pública, aliados à luta incessante e cotidiana dos profissionais da educação.



Mas as respostas dos governantes vêm sempre dentro de uma dialética negativa e estranha: enquanto lançam projetos pretensamente salvadores, elaboram orçamentos com redução de recursos para o ensino fundamental e médio.

Esse pano de fundo se articula com outra característica desse comportamento político: a implantação dos projetos se dá à revelia dos que estão diretamente envolvidos no processo educacional.

É sabido que a participação efetiva de todos os segmentos envolvidos com a educação pública na discussão e elaboração de projetos, tudo que se fizer tem muito para não dar certo. Elementar, meu caro Watson! O partilhar democrático na concepção das mudanças cria co-responsabilidade e entusiasmo na sua execução.

E que não se argumente com o gigantismo da rede como o entrave fundamental, como o demônio impeditivo de qualquer mudança. A não priorização de recursos públicos para os setores sociais e em particular para a educação, a implantação de medidas de forma antidemocrática, o divórcio entre os que elaboram projetos e aqueles

que os executam, a ausência de uma política salarial que restabeleça a dignidade do profissional da educação são a perpetuação dessa dialética negativa estranha, adotada pelo atual governo que também reduz verbas e impõe o projeto Escola Padrão.

Ao leitor que teve em suas mãos o **Jornal da Tarde** de 10/2/92, este comentário não é novidade. A reportagem **Escola Padrão, estréia reprovada** mostra com clareza no que está dando a mudança pretendida nas escolas estaduais. Mais do que isso, permite a todos uma reflexão sobre o real significado do que seja mudança em educação, pois mostra que, se de um lado o Estado pretende a melhoria do ensino propondo mudanças organizacionais em 5% das escolas, a prefeitura paulistana implanta em toda a sua rede uma mudança educacional de fato, porque se dá no âmbito pedagógico, atendendo a uma concepção de escola democrática, voltada para a formação do cidadão. As escolas municipais mudam no espírito; as estaduais, na maquiagem.

Muito do que o governo diz ser inovação na realidade é aplicação do Estatuto do Magistério de 1985, no qual, por exemplo, o Conselho de Escola, produto da lei do então deputado Paulo Frateschi do PT, já prevê a autonomia das escolas, pois tem a função de promover a gestão democrática escolar, discutir as questões pedagógicas, elaborar planos, gerir recursos financeiros. Portanto, o novo não é tão novo assim.

Além disso, utiliza-se do sistema de gratificações como um verdadeiro "canto de sereia", ferindo a isonomia salarial entre professores.

Ai está a dialética esdrúxula mais do que presente: um projeto fantástico que atinge apenas 5% das escolas e a **promessa** do governo de estendê-lo para as mais de seis mil, no mais breve tempo, colidindo com o estrangulamento dos recursos para o ensino de primeiro e segundo graus, revelado na presente peça orçamentária de Fleury para 92.

■ Beatriz Pardi é deputada estadual em São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT).